

USO INDUSTRIAL DO TERRITÓRIO EM POÇOS DE CALDAS (MG) - 1865/2010

Elias Mendes Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, São João da Boa Vista, SP, Brasil.
elias.mendes@ifsp.edu.br

RESUMO

O processo de industrialização imprime temporalidades e espacialidades específicas ao território consonante aos diferentes estágios de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, à disseminação desigual das condições gerais de produção e ao grau de articulação entre os lugares. Entre 1865 e 2010, desenvolveram-se em Poços de Caldas diferentes tipos de indústrias, revelando forças endógenas e exógenas de industrialização responsáveis por definir, em contextos históricos diversos, os papéis desempenhados pelo município na divisão territorial do trabalho. O objetivo deste artigo consiste em caracterizar as diferentes fases de industrialização identificadas no município com base em critérios pré-definidos. A metodologia empregada abarcou a revisão da bibliografia especializada (Geografia Industrial) e a análise de dados referentes à história econômica de Poços de Caldas. Foram identificadas quatro fases de industrialização (fase antiga, fase mineradora, fase diversificada e fase de mutação), diferenciadas quanto ao gênero e ao tamanho dos estabelecimentos, à origem dos capitais investidos, ao domínio tecnológico, à área de mercado, entre outros aspectos.

Palavras-chave: Industrialização; Localização Industrial; Divisão Territorial do Trabalho.

INDUSTRIAL TERRITORIAL USAGE IN POÇOS DE CALDAS (MG) – 18th65/2010

ABSTRACT

The process of industrialization implies temporalities and specific spatiality to the territory consonant to the different stages of development of the productive forces and the social relations of production, to the unequal dissemination of the general conditions of production and to the degree of articulation between the places. Between 1865 and 2010, different types of industries were developed in Poços de Caldas, revealing endogenous and exogenous forces of industrialization responsible for defining, in diverse historical contexts, the roles played by the county in the territorial division of labor. The goal of this article is to characterize the different stages of industrialization identified in the county based on pre-defined criteria. The methodology used included the review of the specialized bibliography (Industrial Geography) and the analysis of data referring to the economic history of Poços de Caldas. Four stages of industrialization (old phase, mining phase, diversified phase and mutation phase) were identified in the city, differentiated according to the gender and size of the establishments, the origin of the invested capital, the technological domain, the market area, among others aspects.

Key words: Industrialization; Industrial Location; Territorial Division of Labor.

INTRODUÇÃO

O propósito deste artigo consiste em analisar o uso industrial do território de Poços de Caldas em perspectiva histórico-geográfica. Nesse sentido, procura-se contribuir com a investigação científica

sobre as diferentes temporalidades e espacialidades que o processo de industrialização imprime no território. Em se tratando de um estudo empírico, objetiva-se avaliar a importância e dinâmica socioespacial engendrada pela atividade produtiva nas diferentes fases de industrialização propostas para o município no período entre 1865 e 2010. Para tanto, é preciso ter em mente algumas considerações teórico-metodológicas da Geografia Industrial.

Em primeiro lugar, entre indústria e território existem relações históricas e dialéticas (MENDÉZ e CARAVACCA, 2008). A constituição e a dinâmica socioespacial diferenciada das frações do território – os lugares e as regiões – denotam possibilidades distintas de valorização do capital da indústria, e condicionam, a cada contexto histórico, as tendências atuais e futuras de localização das unidades produtivas.

Desse modo, a sucessão dos padrões e tendências de localização industrial tem na dimensão técnica um aspecto fundamental, porque as técnicas são datadas (SANTOS, 2008). De acordo com Carlos (1997), as escolhas locais são influenciadas pelo desenvolvimento das forças produtivas e pelo grau de articulação entre os lugares. Selingardi-Sampaio (2009) aponta que a aglomeração dos estabelecimentos constitui a primeira tendência da localização industrial, por força das economias de aglomeração presentes em certos lugares. Com o tempo, a concentração excessiva de fábricas e de atividades manifestam deseconomias de aglomeração que estimulam forças de dispersão sobre estabelecimentos nas áreas de densidade industrial. Silveira (2010) estabelece que as formas de produzir, de circular, de distribuir e de consumir da sociedade modificam-se com o tempo e são responsáveis por forças centrífugas ou centrípetas que delimitam as tendências de localização da atividade produtiva (ou de suas fases). Para Lencioni (2007), a localização das indústrias depende da disseminação heterogênea de condições gerais de produção, que ocorre de forma desigual no território para os diferentes gêneros e modelos de organização da indústria. Segundo Firkowsky e Sposito (2008), em última instância, o movimento das indústrias pelo território tem por finalidade potencializar a acumulação capitalista em sua dimensão espacial.

Em segundo lugar, o estudo da distribuição das indústrias deve referenciar-se nos processos espaciais que orientam as principais tendências e padrões de localização industrial em cada contexto histórico. De acordo com Corrêa (2007, p. 68),

os processos espaciais constituem um conjunto de forças atuando ao longo do tempo, viabilizando localizações, realocações, e permanências de atividades e população sobre o espaço da cidade. Postos em ação pelos diversos agentes sociais da produção do espaço, os processos espaciais constituem um movimento de massa, envolvendo uma sequência sistemática e regular de ações em período de tempo relativamente longo.

De acordo com Silveira (2010), a análise dos processos permite captar a dinâmica do espaço. Estes se diferenciam de acordo com a escala de origem e a escala de operação, em função do poder dos agentes sociais que os comandam (SANTOS, 2008). Para Selingardi-Sampaio (2009), esse fato justifica uma abordagem multiescalar do fenômeno industrial no território, porque cada lugar, por força de sua organização prévia, irá acolher de forma diferenciada as virtualidades que emanam das diferentes escalas geográficas por meio dos processos. É essa assimilação que determinará o papel desempenhado pelos lugares na divisão territorial do trabalho da indústria num dado momento.

Em terceiro lugar, o uso industrial do território deve ser relativizado perante a um contexto mais amplo, aquele do espaço banal ou do território usado (SANTOS e SILVEIRA, 2011). O uso industrial é um dos muitos possíveis do território. Uma cidade, por exemplo, abriga outras funções além da produção, como a residencial, a comercial, a de prestação de serviços públicos e privados, a circulação de pessoas, mercadorias e informações, a gestão do território, etc. (CARLOS, 2007). Assim, entre os diferentes usos do território poderão existir relações de complementaridade e/ou de conflito, o que, certamente, influencia a dinâmica socioespacial e informa qual a atividade ou função é predominante no lugar a cada momento.

Por último, propõe-se neste artigo a periodização do uso industrial do território em Poços de Caldas. Para Santos e Silveira (2011, p. 24),

períodos são pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo. Mas essa interação se faz segundo um controle que assegura uma reprodução ordenada das características gerais, isto é, segundo uma organização. É a falência desta última, açoitada por uma evolução mais brutal

de um ou de diversos fatores, que desmantela a harmonia do conjunto, determina a ruptura e permite dizer que se entrou em um novo período.

Sob o ponto de vista do uso industrial do território, periodizar implica vislumbrar, para cada fase de industrialização, as características, os fatores e as dinâmicas que, em conjunto, conferem certa coerência espacial ao lugar, posicionando-o na divisão territorial do trabalho da indústria então vigente. Ademais, suscita a análise de processos cujos desdobramentos solaparam a coerência anteriormente posta e engendraram novas dinâmicas socioespaciais no lugar, redimensionando ou redefinindo os papéis por ele desempenhados na divisão territorial do trabalho naquele momento. É assim que se inaugura novo período de industrialização, com novos qualificativos e nova inserção do lugar na divisão territorial do trabalho da indústria.

O município de Poços de Caldas está localizado no Sul e Sudoeste de Minas Gerais, a 460 Km de Belo Horizonte (MG), 250 Km de São Paulo (SP) e 470 Km do Rio de Janeiro (RJ). Com população de 152.435 habitantes (IBGE, 2010), constitui cidade média na região em que está inserida, exercendo atualmente as seguintes funções urbanas: turismo hidrotermal, indústria extrativa e de transformação, prestação de bens e de serviços para os mercados local e regional.

A revisão bibliográfica e a análise de dados referentes à história econômica e à dinâmica territorial de Poços de Caldas, à luz das considerações teórico-metodológicas da Geografia Industrial, possibilitaram a proposição de quatro fases distintas de industrialização para o município entre 1865 e 2010: fase antiga, fase mineradora, fase diversificada e fase de mutação.

Cada fase apresenta características bem definidas, a saber: a) condições técnicas de produção diferenciadas por contexto histórico; b) primazia de determinada atividade (agropecuária, turismo, indústria e serviços) enquanto motor da economia, e com impactos distintos na estrutura e no funcionamento do território; c) articulação com processos espaciais com origem em escalas mais abrangentes (global, nacional ou regional), responsáveis pela integração do lugar na divisão territorial do trabalho; d) adoção de instrumentos específicos por parte do Poder Público (local, estadual e federal) para induzir e/ou ordenar a atividade industrial no território.

As datas aqui utilizadas como marcos entre fases constituem momentos a partir dos quais se iniciou uma reestruturação efetiva da indústria e do território local. A sucessão de fases, nas referidas datas, não significa o rompimento abrupto e definitivo com a indústria do período anterior, mas a criação de condições gerais para a fase seguinte, de modo dialético.

FASE ANTIGA (1865-1946)

A fase antiga iniciou-se no final do século XIX, com a intensificação do povoamento e das transformações socioespaciais no Planalto de Poços de Caldas, com a apropriação deste território para exploração do turismo hidrotermal. A data de 1865 constitui marco inicial desta fase devido ao seu significado para a evolução da economia e da cidade na segunda metade do século XIX. Naquele ano, ocorreu a desapropriação das terras contíguas às fontes hidrotermais e foram tomadas as primeiras ações no sentido de se criar a estância balneária (MEGALE, 2002; MARRAS, 2004). Poços de Caldas adentrou formalmente na divisão territorial do trabalho como lugar de uso turístico dedicado à cura de doenças (crenoterapia) e aos prazeres ligados aos jogos de azar e aos festejos noturnos.

A dinâmica do território estava subjugada à atividade turística, que vivenciou seu período áureo na década de 1930. A indústria, como outras atividades econômicas, desenvolvia-se às margens do turismo. Os dados relativos à atividade industrial daquela época são raros e esparsos, obtidos secundariamente na literatura memorialista da cidade. Pelas condições técnicas de produção relativamente simples da época, principalmente no interior do país, pode-se afirmar que as mercadorias eram de primeira elaboração e pertencentes principalmente ao gênero alimentício, com destaque para os embutidos de carne, as massas, os laticínios e os doces.

A transformação era praticamente artesanal, provavelmente no imóvel dos empresários, e eram utilizados insumos agrícolas produzidos no município ou no entorno, como leite, carne e couro, relacionados à bacia leiteira formada anteriormente na região (séculos XVIII e XIX) (SEBRAE, 1997). Em alguns casos, as mercadorias tinham correlação direta com os banhos realizados nas termas, como é o caso da indústria de cosméticos, que se destacava pela fabricação de sabonetes, sais de banho e outros produtos para a pele. De acordo com Ferreira (1996), o desenvolvimento da cidade, a

partir do plano urbanístico de 1872, estimulou a criação de pequenas olarias e indústrias cerâmicas para atender às demandas crescentes da construção civil.

A imigração italiana teve papel fundamental na primeira fase de industrialização devido aos conhecimentos técnicos trazidos do país de origem. Segundo Lemos (1904 *apud* MARRAS, 2004, p. 80), “[...], em 1903, as indústrias e profissões da vila distribuíam-se entre 69 estrangeiros e apenas 44 brasileiros”. Os italianos dedicavam-se principalmente à produção caseira de alimentos e vinhos. De acordo com o SEBRAE-MG (1997), a fabricação de garrafas de vidro para envase das bebidas deu origem às cristalarias que atuam na cidade desde a década de 1940.

A mineração já era praticada desde o final do século XIX. De acordo com Megale (2002), os primeiros estudos sobre a geologia do Planalto de Poços de Caldas datam de 1887, quando a abertura do ramal da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro deixou rochas expostas. A partir de 1909, começou a extração do zircônio. Segundo Megale (2002), a bauxita foi identificada em 1919, mas sua exploração ocorreu apenas na década de 1930, quando o minério passou a ser transformado em sulfato de alumínio para tratamento de água em São Paulo. Para Willians (2001), tanto o zircônio quanto a bauxita eram extraídos de forma rudimentar. As lavras eram manuais, e não se produzia em larga escala.

Considerando as características dos estabelecimentos daquela época - ramos tradicionais, de pequeno porte, de organização familiar, mercado local e com ciclo de vida curto -, bem como o predomínio da atividade turística, a indústria detinha pouca capacidade de dinamizar a economia e o território local. Além disso, ainda não era comum que os governos estaduais e, principalmente, os municipais criassem mecanismos específicos para fomentar ou racionalizar a atividade industrial no território. De acordo com Oliveira (1976), Minas Gerais foi o Estado pioneiro na adoção de políticas industriais a partir da década de 1940, ou seja, quando a fase antiga de industrialização de Poços de Caldas se aproximava do fim.

No entanto, uma das firmas criadas nesta fase se desenvolveu e permanece em atividade, a Togni S/A Materiais Refratários, pertencente ao gênero de transformação de minerais não metálicos, criada em 1916. Outras indústrias locais, como a Leiteria Poços de Caldas (1916) e a Companhia Geral de Minas (CGM) (1935) foram adquiridas por grupos empresariais estrangeiros, respectivamente, a indústria alimentícia francesa Danone, em 1974, e a siderúrgica norte-americana Alcoa, em 1965.

Embora não tenham sido encontrados registros das pequenas indústrias de doces, queijos, malhas, embutidos de carne e cosméticos, a fabricação destas mercadorias tornou-se emblemática para Poços de Caldas, principalmente pela sua associação com o turismo.

O ano de 1946 constitui marco de encerramento da fase antiga, quando o turismo balneário entrou em crise, principalmente pela proibição dos jogos de azar através do Decreto-lei nº 9215, no governo de Eurico Gaspar Dutra. A partir desse momento, outros setores (indústria extrativa, de transformação e serviços) assumiram progressivamente o comando da economia e do território local, ainda que o turismo permanecesse como fonte de renda e elemento fundamental na memória do lugar.

FASE MINERADORA (1947-1964)

Com o declínio do turismo hidrotermal e dos cassinos, a indústria gradativamente aumentou sua importância econômica e poder de transformação do território, com destaque, neste primeiro momento, para a mineração da bauxita.

De acordo com Megale (2002), no período imediatamente posterior à crise da estância balneária (final da década de 1940), o município vivenciou as mazelas da estagnação econômica, como a redução do número de empregos e da arrecadação municipal. Para Gonçalves (2010), a crise só não foi pior devido à estrutura econômica historicamente diversificada de Poços de Caldas.

Segundo dados do IBGE (1958), excluindo-se os dados relativos às atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes, a prestação de serviços constituía a principal atividade geradora de empregos em 1950, ocupando 15,69% da população. A indústria (extrativa e de transformação) contribuía com 8,13%, ou seja, pouco mais da metade do pessoal ocupado na prestação de serviços, distribuindo-se entre 13 unidades extrativas e 122 de transformação. Desta forma, as atividades ligadas de alguma forma ao turismo mantiveram-se como principais fontes de

emprego para o município, embora as mineradoras pioneiras começassem a expandir sua capacidade produtiva, como é o caso da CGM (WILLIANS, 2001).

A partir da década de 1950, a indústria extrativa adquiriu importância crescente na economia local. A difusão de novos usos industriais para o alumínio em escala mundial no pós-guerra, como a produção de abrasivos, condutores elétricos, utensílios domésticos e embalagens, reforçou a importância econômica da bauxita do Planalto de Poços de Caldas (WILLIANS, 2001). Além disso, o país adentrava em um surto de industrialização a partir do Plano de Metas (1956-1961), aumentando a demanda de bauxita pela indústria nacional devido à diversificação da produção de bens de consumo duráveis.

Como na fase anterior, com as fontes hidrotermais, a presença de certos recursos naturais no território determinaria mais uma vez a integração de Poços de Caldas na divisão territorial do trabalho. Novas indústrias instalaram-se na cidade para explorar bauxita e exportá-la para outros países ou para a indústria paulista, como é o caso da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), instalada em 1955, e que atualmente pertence ao Grupo Votorantim; e a Mineração Curimbaba, fundada em 1961 por capitais locais (MARIA, 2010).

Durante a fase mineradora, as indústrias extrativas mantiveram a extração manual de bauxita. Segundo Willians (2001, p. 58), isso se deve ao fato de que “há uma particularidade na bauxita de Poços de Caldas: ela ocorre quase na superfície da terra, logo abaixo da camada do solo, e tem uma espessura média de 4,5 metros”.

De acordo com Megale (2002) e Gonçalves (2010), o zircônio também adquiriu maior importância econômica na década de 1950. A descoberta de radioatividade no minério na década de 1940, devido à presença de urânio (WILLIANS, 2001), trouxe novas expectativas de exploração, associadas aos papéis econômicos e militares da energia nuclear após a Segunda Guerra Mundial. Para avaliar a viabilidade econômica da extração e beneficiamento do zircônio, foi instalada a Comissão Nacional de Energia Nuclear no município, em 1959 (CNEN, 2006). Contudo, o minério não foi processado para geração de energia nuclear. De acordo com Megale (2002), o molibdênio (mais radioativo) foi utilizado pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para este fim na década de 1980, mas no município vizinho de Caldas (MG).

No que concerne à indústria de transformação, esta praticamente manteve as características da fase anterior: estabelecimentos de pequeno porte, operando ramos tradicionais, e que tinham o mercado local/regional e turístico como público.

É importante destacar que as primeiras cristalarias se desenvolveram no final da década de 1940. De acordo com o SEBRAE-MG (1997, p. 31), “em 1947, instalou-se a Vidraria Poços de Caldas, começo de uma produção hoje representada pelos artigos de cristal das empresas Bonora, Cá d'Oro, São Marcos, Veneza e São Mateus”. A fabricação de artigos de decoração em cristal do tipo *murano*, à semelhança de muitos outros produtos da indústria local, resulta da sistematização de conhecimentos técnicos relacionados à imigração italiana. Estas mercadorias são muito afamadas entre os turistas.

Em síntese, durante sua segunda fase de industrialização, Poços de Caldas contornou o quadro econômico desfavorável, engendrado pela crise do turismo balneário, e lançou as bases para o desenvolvimento futuro. A mineração desempenhou papel fundamental nesse sentido, relacionando o território local a novas demandas de origem externa (nacional e internacional). A indústria extrativa ascendeu lentamente à condição de principal atividade econômica do município, fato que seria reforçado com a instalação da Alcoa em 1965. Paralelamente à industrialização da fase mineradora, Poços de Caldas cresceu econômica e demograficamente num ritmo mais intenso do que o dos municípios do entorno, polarizando funções (produção, prestação de bens e serviços, gestão do território) no contexto regional.

FASE DIVERSIFICADA (1965-1997)

A fase diversificada começou em 1965, com a instalação da Alcoa, e caracterizou-se pela inserção de grandes somas de investimentos externos na indústria de Poços de Caldas, consolidando a participação do setor secundário na economia local.

A implantação de grandes indústrias de capital externo tem correlação direta com o processo de internacionalização do capital financeiro e produtivo, a partir da década de 1950. De acordo com Firkowsky e Selingardi-Sampaio (1992, p. 24),

a internacionalização do capital financeiro e produtivo decorreu da busca de taxas mais elevadas de acumulação capitalista. No setor industrial, a instalação de fábricas (novas ou transferidas) de grandes corporações em regiões e países diferentes, com maiores vantagens para o capital, incorporou novas áreas ao espaço tradicionalmente industrializado e fez surgir um sistema global de produção industrial, possibilitado ainda pelo grande avanço tecnológico dos meios de transportes e de comunicações.

Harvey (2005) caracteriza a internacionalização do capital financeiro e produtivo como uma das estratégias capitalistas para contornar as crises periódicas de superacumulação que ocorrem devido às contradições entre capital e trabalho. Deste modo, o processo constitui um “ajuste espacial” por meio do qual excedentes de recursos produzidos nos países centrais são direcionados para a periferia, contendo a desvalorização do capital e abrindo novas frentes para geração de lucros.

De acordo com Selingardi-Sampaio (1987, p. 1),

o Brasil integrou-se à nova ordem econômica mundial como um dos países da periferia mais aptos a receber investimentos externos. Desde os anos 30 delineava-se internamente uma política de industrialização que, nos anos 50, foi definitivamente implementada pelo Estado e favorecida pela expansão da força de trabalho e pela crescente incorporação do mercado interno. Conjugados à boa receptividade mostrada pelos sucessivos governos ao investimento externo (excetuando-se apenas o curto período entre 1961 e 1964) e a outros elementos de atração detidos pelo Brasil (país de dimensões continentais, com amplos e diversificados recursos naturais e grande contingente populacional), tais fatores responsabilizaram-se pelos dois principais surtos industriais ocorridos no país, de 1955 a 1961 e de 1968 a 1971.

Minas Gerais alinhou-se às políticas de substituição de importações adotadas pelo regime militar, procurando expandir e dinamizar seu espaço industrial. Para atingir este objetivo, investiu fortemente na instrumentalização de seu território, adensando sistemas de engenharia (rodovias, energia, comunicações) que dão suporte à produção e à circulação do capital. Além disso, órgãos públicos foram criados para fomentar e racionalizar a atividade industrial, como o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), em 1962; o Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI), em 1969; e a Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI-MG), em 1971 (BARBOSA, 1979). Esta, atualmente, encontra-se anexada à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG).

Na condição de um dos municípios econômica e demograficamente mais promissores do Sul e Sudoeste de Minas, possuidor de importantes reservas minerais, Poços de Caldas não passou incólume aos investimentos externos e às ações de governo que visavam dinamizar e fortalecer as indústrias nacional e estadual. O INDI, órgão responsável por identificar, avaliar e promover oportunidades de investimento industrial em Minas Gerais, atuou diretamente na divulgação de Poços de Caldas enquanto cidade propícia para acolher indústrias de médio e grande porte, nacionais ou estrangeiras, nos diferentes setores da indústria.

Em cartilha de divulgação lançada em 1974, o INDI (1974, p. 3) avalia que

[...], com a grande expansão e diversificação industrial que Minas Gerais atravessa atualmente, a estratégica posição geográfica de Poços de Caldas, o seu excelente potencial de recursos humanos, minerais e agropecuários, associados a sua tradição industrial, são as bases para a existência de excelentes oportunidades de investimentos no município, para cuja avaliação este documento se propõe a fornecer subsídios úteis.

Sob a influência do processo de internacionalização do capital financeiro e produtivo e da política industrial adotada pelos governos estadual e federal, Poços de Caldas vivenciou expressivo desenvolvimento industrial e econômico entre 1970 e 1980. Nesse período, a indústria e a economia expandiram-se e diversificaram-se profundamente, devido à instalação de grandes estabelecimentos estrangeiros. O município integrou-se à divisão internacional do trabalho como “plataforma de produção”, articulando-se a circuitos de transformação industrial com poder de comando nas escalas mais abrangentes (global e nacional).

A norte-americana Alcoa foi a primeira multinacional a investir em Poços de Caldas, com a aquisição das ações da CGM (WILLIANS, 2001). A empresa iniciou suas atividades em 1965, com o nome de Alcominas. Em 1970, foi implantada a unidade metalúrgica da empresa, o que fechou uma cadeia produtiva no município (extração da bauxita – produção de alumina – fabricação de lingotes e pó de alumínio) (WILLIANS, 2001).

Com a implantação da Alcominas e a expansão da capacidade produtiva de outras mineradoras (CBA e a Mineração Curimbaba), devido à substituição das lavras manuais pela mecânica (WILLIANS, 2001), a mineração da bauxita consolidou-se e viveu seu apogeu entre as décadas de 1970 e 1980.

No entanto, não foi só a grande indústria extrativa que foi atraída para Poços de Caldas. As indústrias de transformação, tradicionalmente de pequeno porte e de ramos leves, conheceram um salto qualitativo e quantitativo durante a fase diversificada.

A Fertilizantes Mitsui (atual Yoorin Fertilizantes), indústria química japonesa, implantou sua unidade produtiva em 1968 (FRAYHA, 2010), tornando-se o primeiro estabelecimento multinacional de grande porte da indústria de transformação a operar no município. Atualmente, a fábrica de Poços de Caldas foi incorporada ao Grupo Curimbaba, empresa de capital local (MINERAÇÃO CURIMBABA, 2012).

A Danone, multinacional francesa do setor alimentício, instalou-se em 1974, com o objetivo de explorar a tradicional bacia leiteira do Sul e Sudoeste de Minas. A implantação ocorreu por meio da aquisição do Laticínios Poços de Caldas, constituído nas fases anteriores de industrialização (SEBRAE-MG, 1997).

A indústria canadense Termocaná chegou em 1975 (FRAYHA, 2010), produzindo cabos e condutores elétricos de cobre e alumínio. Em 1980, fundiu-se com a Alcominas, formando a Divisão Brasileira da Alcoa Alumínio S/A. Por meio de uma *joint venture*, a norte-americana Phelps Dodge International Corporation passou a operar no município. Em 2001, as instalações físicas e a administração da antiga Termocaná passaram integralmente ao controle da Phelps Dodge International Corporation (PHELPS DODGE INTERNATIONAL CORPORATION, 2009).

Em 1977, outra multinacional norte-americana, a Celanese Corporation, instalou-se em Poços de Caldas, produzindo fibras de poliéster para a indústria têxtil. Em 1995, associou-se à Rhodia, formando a Rhodia-Ster, primeira fábrica a produzir resina PET na América Latina (MEGALE, 2002). Em 2002, a Rhodia-Ster foi adquirida pelo grupo italiano Mossi & Ghisolfi (M&G) (GRUPPO MOSSI & GHISOLFI, 2012).

As grandes multinacionais instalaram-se preferencialmente na periferia urbana, distantes do centro da cidade, em áreas pouco urbanizadas. Esta localização minimizou muitos dos problemas enfrentados por grandes estabelecimentos em outras cidades médias, como a valorização do entorno, aumento das pressões sobre as infraestruturas e serviços urbanos, congestionamentos, conflitos com as populações vizinhas, entre outros.

Juntamente com as grandes indústrias, vários estabelecimentos de menor porte proliferaram pela cidade, aproveitando-se das economias de aglomeração associadas ao crescimento urbano e econômico do município. Fábricas de móveis, alimentos, vestuário, mecânicas, de produtos de metais, entre outras, foram construídas em Poços de Caldas, revelando a manifestação de forças endógenas de industrialização.

De acordo com dados do IBGE (1970; 1980), a indústria em Poços de Caldas teve um salto qualitativo e quantitativo no número de estabelecimentos e de população economicamente ativa. O número de unidades produtivas cresceu 26,56%, e o de pessoal empregado, 104,28%. O crescimento desproporcional da quantidade de pessoal empregado em relação ao número de estabelecimentos demonstra o papel das grandes indústrias na ativação do setor secundário entre 1970 e 1980.

Durante a fase diversificada, o espaço urbano passou por diversas transformações socioespaciais. A indústria ascendeu à condição de principal atividade econômica. A oferta de empregos promoveu forte crescimento demográfico, com cifras em torno de 50,64% entre 1960-1970; 48,65%, entre 1970-1980; e de 40,06%, entre 1980-1996 (IBGE, 2010). Juntamente com a industrialização, a cidade passou a atrair e disponibilizar uma série de serviços (educacionais, médico-hospitalares, turísticos, agropecuários, dentre outros), transformando sua estrutura econômica e urbana. A paisagem tornou-se mais complexa com a expansão física da cidade e a verticalização dos bairros centrais.

Passada a euforia do crescimento econômico e industrial das décadas de 1970 e 1980, os investimentos no setor secundário foram reduzidos drasticamente em Poços de Caldas. Durante a década de 1980, o Brasil vivenciou um quadro de crise econômica e política com repercussões diretas na estruturação e funcionamento de seu espaço industrial. O esgotamento das políticas de substituição de importações e a abertura do mercado interno à economia global promoveram uma reestruturação da indústria brasileira frente aos novos requisitos da produção e competitividade (pesquisa e desenvolvimento, externalização de funções, marketing, cooperação, entre outros). Muitas indústrias faliram, enquanto outras modernizaram sua estrutura organizacional, recorrendo, muitas vezes, à disjunção espacial do processo produtivo para (re)adaptar-se ao quadro econômico desfavorável (FIRKOWSKY e SPOSITO, 2008). Em Poços de Caldas, a crise atingiu principalmente as pequenas empresas, mais propensas aos efeitos da competição internacional.

A instalação da indústria alimentícia italiana Ferrero, em 1997, foi o último empreendimento multinacional de maior porte no município, marcando o término da fase diversificada. Sua fábrica em Poços de Caldas produz chocolates finos, que abastecem o mercado nacional, Alemanha, Argentina, Canadá, México, França, Itália, Equador, Rússia e Estados Unidos (FERRERO DO BRASIL, 2011).

A Tabela 1 resume a contribuição da indústria para a geração das riquezas municipais durante toda fase diversificada. Os dados revelam que a indústria aumentou progressivamente sua contribuição no Produto Interno Bruto (PIB) de 1970 a 1985. Sob efeito da crise da década de 1980, a indústria reduz em 10,16% sua participação na economia, apesar de manter-se como principal fonte de renda para o município.

Tabela 1: Composição setorial do PIB (%) de Poços de Caldas, 1970 – 1996.

Setor	1970	1975	1980	1985	1996
Primário	5,82	4,19	1,63	5,74	2,98
Secundário	43,37	54,38	67,89	68,27	58,11
Terciário	50,81	41,43	30,48	25,99	38,91

Fonte: BRASIL. Ministério das Cidades, 2010.

Ao final da década de 1990, quando se encerra a fase diversificada,

o parque industrial de Poços de Caldas, além de bastante diversificado em termos de ramos produtivos, apresenta uma gama variada de empresas com portes e estruturas gerenciais distintos, desde multinacionais a empresas familiares, tradicionais e modernas, aparentemente em convivência harmônica (SEBRAE-MG, 1997, p. 52).

A partir de 1997, efeitos de outros processos passariam a repercutir sobre a estrutura e dinâmica do espaço industrial de Poços de Caldas, inaugurando a fase de mutação. Contudo, a fase diversificada deixou importantes legados para a economia e o território local, como a presença de grandes indústrias multinacionais; a articulação do município com redes produtivas que extrapolam as escalas local e regional; a manifestação de economias de aglomeração e de forças endógenas de industrialização; um crescimento urbano e econômico discrepante em relação aos municípios da microrregião. Por todas estas razões, a fase diversificada definitivamente constituiu o período áureo da indústria em Poços de Caldas.

FASE DE MUTAÇÃO (1998 - 2010)

A fase de mutação teve início em 1998, após a instalação da Ferrero do Brasil, e estendeu-se até 2010, ano final de referência deste estudo. Sua principal característica consistiu na redução gradual da capacidade da indústria de gerar riquezas e dinamizar a economia e o território.

Entre 1998 e 2010, observou-se o comportamento oscilante da indústria na economia de Poços de Caldas, alternando períodos de crescimento (1999-2000; 2003-2004) e de declínio (2000-2003; 2004-

2009) de participação no PIB (IBGE, 2010). Constatou-se também, segundo dados do IBGE (2010), a tendência geral de perda da capacidade da indústria e da economia de Poços de Caldas de gerar riquezas na microrregião, na mesorregião e no Estado de Minas Gerais, a partir de 2001 (com exceção do breve intervalo entre 2003 e 2004). De acordo com o IBGE (2010), em 2009, o PIB de Poços de Caldas foi ultrapassado pelo de Varginha (MG), outro município da mesorregião. Este foi um fato inédito na história econômica recente do Sul e Sudoeste de Minas, que aponta simultaneamente dois fenômenos: a desaceleração da economia de Poços de Caldas e o crescimento mais intenso de outros municípios no contexto regional. Na microrregião, a polarização industrial e econômica de Poços de Caldas se manteve intensa, apesar da orientação de queda relativa de participação também se manifestar.

Alguns processos podem explicar esta redução de importância da indústria e da economia poços-caldense nas escalas analisadas, como a fraca integração do município ao processo de desconcentração da indústria paulista e a guerra fiscal dos lugares.

A desconcentração regional da indústria brasileira ocorre desde a década de 1970, motivada pela elevação dos custos produtivos na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), devido ao acúmulo de deseconomias de aglomeração; e pelo desenvolvimento de infraestrutura e economias de aglomeração em outras partes do país, ou seja, pela disseminação das condições gerais de produção pelo território (FIRKOWSKI e SELINGARDI-SAMPAIO, 1992; DINIZ e CROCCO, 1996; SELINGARDI-SAMPAIO, 2009). O processo caracteriza-se pela implantação das fases mais padronizadas da produção (extração, beneficiamento e fabricação) no interior. As cidades médias bem posicionadas aos principais corredores logísticos destacam-se como receptoras dos investimentos industriais, na medida em que disponibilizam o suporte urbano necessário para a produção, sem apresentar as deseconomias de aglomeração típicas dos grandes centros (DINIZ E CROCCO, 1996; SELINGARDI-SAMPAIO, 2009). As sedes das empresas permanecem na metrópole paulistana, onde a densidade de serviços e as facilidades de contatos constituem fatores locais de suma importância na economia globalizada (LENCIONI, 2007).

Deste modo, ao mesmo tempo em que a produção se expande pelo território nacional, integrando novas áreas, as atividades nucleares (gestão, pesquisa e desenvolvimento, publicidade e propaganda) e o poder decisório das empresas centralizam-se em São Paulo (SP). O espaço industrial do país permanece heterogêneo e hierarquizado.

Nem todas as cidades médias brasileiras beneficiaram-se do movimento de desconcentração da indústria paulista. De acordo com Diniz e Crocco (1996), o processo vem ocorrendo de forma mais intensa no interior do polígono Belo Horizonte-Uberlândia-Londrina/Maringá-Porto Alegre-Florianópolis-São José dos Campos-Belo Horizonte, que concentra a maior densidade de sistemas logísticos, a rede acadêmico-universitária mais ampla e o maior número de cidades médias do país.

Poços de Caldas encontra-se no interior do polígono descrito por Diniz e Crocco (1996), mas não experimentou os impactos da desconcentração industrial de São Paulo de forma tão intensa e rápida como outras cidades do Sul e Sudoeste de Minas. De acordo com o SEBRAE-MG (1997), a Rodovia Fernão Dias (BR-381) constitui o principal vetor de manifestação do processo na região, por ser um importante corredor logístico que une São Paulo (SP) a Belo Horizonte (MG). No contexto da desconcentração regional da indústria brasileira, o distanciamento de Poços de Caldas em relação à Rodovia Fernão Dias coloca o município em posição desfavorável diante de outras cidades médias da região localizadas às suas margens, como Varginha (MG) e Pouso Alegre (MG).

Em entrevista com o Coordenador de Fomento à Indústria e Comércio de Poços de Caldas, Maria (2011) ratifica o argumento do SEBRAE-MG (1997) quando assume que

com certeza, você estar às margens da Fernão Dias é um grande atrativo industrial. Isso realmente é uma desvantagem para o município de Poços de Caldas. A gente vai falar em tempo, em custo de pedágio. Vamos dar o exemplo de Extrema, que paga 5 reais de pedágio para São Paulo; de Poços de Caldas para São Paulo você tem um custo, se não me engano, de 40 reais. Só de pedágio. Fora combustível, o tempo e tudo mais. São coisas que dificultam a parte industrial do município sim.

A facilidade de circulação oferecida por uma das principais rodovias do país, como a Fernão Dias, realmente constitui importante vantagem locacional para as indústrias que deixam a RMSP. No entanto, a localização geográfica não é capaz de explicar sozinha a desaceleração da indústria e da economia de Poços de Caldas nas diferentes escalas geográficas. Aspectos ligados aos custos de produção, à presença de insumos e serviços, à disponibilidade e perfil da mão de obra, e,

principalmente, à política industrial de cada lugar constituem outra ordem de fatores que, juntamente com a acessibilidade (posição geográfica), tornam um território mais ou menos atrativo à localização industrial.

A guerra fiscal dos lugares, outro processo capaz de explicar as dificuldades enfrentadas por Poços de Caldas para atrair ou manter os estabelecimentos industriais no território, incide justamente sobre os benefícios institucionais concedidos pelos governos às empresas.

De acordo com Santos e Silveira (2011, p. 296),

fala-se hoje muito em guerra fiscal, na medida em que a disputa de Estados e municípios pela presença de empresas e a busca pelas empresas de lugares para se instalar lucrativamente é vista sobretudo nos seus aspectos fiscais. A realidade é que, do ponto de vista das empresas, o mais importante mesmo é a guerra que elas empreendem para fazer com que os lugares, isto é, os pontos onde desejam instalar-se ou permanecer, apresentem um conjunto de circunstâncias vantajosas do seu ponto de vista. Trata-se, na verdade, de uma busca de lugares “produtivos”.

A guerra fiscal dos lugares advém da mudança de postura do Governo Federal, que, a partir da década de 1980, reduziu drasticamente seus investimentos na promoção e racionalização da indústria no território. Para suprir esta lacuna, Estados e municípios assumiram papéis de protagonistas na estruturação do espaço industrial, competindo entre si pela atração de empresas. De acordo com Selingardi-Sampaio (2009, p. 355 – 356),

[...], no vazio deixado pelas políticas de planejamento nacional, medrou um novo modelo de ação pública, fragmentado, e fundado em práticas localistas. [...] Dessa forma, governos estaduais e municipais, devidamente amparados pela Constituição de 1988, puderam desencadear um renhido embate de ofertas de concessões fiscais e creditícias às empresas, na ânsia de induzi-las em suas decisões locacionais.

Desde a instalação da Ferrero do Brasil, nenhum outro estabelecimento de grande ou médio porte instalou-se em Poços de Caldas até 2010. Na realidade, durante a fase de mutação, observou-se uma tendência de fechamento de unidades produtivas no município, como veiculou a imprensa local.

Deste modo, na fase de mutação, Poços de Caldas perdeu capacidade de atrair e manter indústrias no seu território. A velocidade e complexidade dos eventos espaciais (guerra fiscal dos lugares, integração dos mercados, competição global, desconcentração regional da indústria brasileira) geraram indefinições sobre o futuro da economia e do parque industrial instalado na cidade. As ações recentes da Prefeitura Municipal, como a aprovação do “Programa Avança Poços” - nova política industrial do município instituída pela Lei nº 8602/2009 (POÇOS DE CALDAS, 2009) e baseada na concessão de incentivos fiscais e na doação de terrenos às empresas -, e a retomada dos investimentos nos distritos industriais da cidade, procuram minimizar os efeitos negativos vivenciados pela atividade e colocar o município em novo ciclo de crescimento industrial e econômico.

No entanto, as fases de industrialização, a história econômica e a dinâmica socioespacial de Poços de Caldas permitem afirmar que os diferentes usos que, sucessivamente, dinamizaram e prevaleceram sobre a estruturação e funcionamento do território encontram respaldo na racionalidade capitalista, que se apropria dos diferentes espaços, em busca de lucratividade. No caso da indústria, esta realidade é bem visível a partir da fase mineradora, quando o município lentamente integra circuitos mais amplos de produção, até tornar-se plataforma industrial, durante a fase diversificada. Na fase de mutação, a existência de melhores condições de produção em outros lugares revelou, até o ano de 2010, a dificuldade de Poços de Caldas de sustentar ou expandir seu parque industrial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do parque industrial de Poços de Caldas revela a integração progressiva do município a circuitos espaciais de produção mais abrangentes no decorrer de suas fases de industrialização. Sob influência da indústria, novos dinamismos territoriais foram engendrados na cidade, tornando mais complexa a produção do espaço.

Desde a gênese da cidade, no final do século XIX, as verticalidades e as racionalidades capitalistas se impuseram ao lugar, em função da disponibilidade de certos recursos naturais e agropecuários no território. Primeiramente, as fontes hidrotermais foram apropriadas para satisfazer um público externo,

promovendo a atividade turística. Posteriormente, a presença de minérios fomentou a indústria extrativa, gerando economias de aglomeração na cidade e estimulando a implantação de indústrias de transformação.

Um processo de industrialização que teve como principal propulsor a presença de recursos naturais não renováveis, sem o devido “enraizamento” das indústrias “motrizes” e a formação de cadeias produtivas sólidas no território, tornou a indústria local dependente, em grande parte, das jazidas minerais, e sensível às oscilações do mercado e a outras determinações político-econômicas de origem externa.

A adoção de políticas públicas que privilegiem a formação ou a consolidação de sinergias entre indústrias (principalmente as de capitais locais) e entre a indústria e outras atividades historicamente praticadas em Poços de Caldas (agropecuária, turismo, comércio e serviços) pode fortalecer a economia local e, talvez, contenha o declínio industrial do município, identificado na fase de mutação.

O “Programa Avança Poços” apresenta aspectos significativos neste sentido, principalmente por priorizar indústrias que já investem no município. A instrumentalização recente dos espaços industriais planejados (Distrito e Minidistrito Industrial), principalmente para realocação de estabelecimentos, também constitui importante estratégia para ordenar a indústria no território, “minimizando” conflitos entre as diversas formas de apropriação do espaço urbano.

A título de contextualização, entre 2012 e 2017, algumas indústrias - em sua maioria de micro ou pequeno porte - instalaram-se em Poços de Caldas, atraídas por esta política ou pelo fortalecimento dos espaços industriais da cidade.

O grande destaque consistiu na implantação da indústria alemã ThyssenKrupp Valvetrain, que, em 2013, estimava a criação de 170 empregos diretos (ROCHA, 2013). Apesar de representar um importante investimento industrial para o município e um primeiro indício de eficácia da política industrial em vigor, a referida empresa empregará praticamente a metade do número de funcionários da Ferrero do Brasil em 2011, estimada em 313 pessoas pelo Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (CIEMG) (2011).

Resguardando-se as diferenciações de gênero industrial e de domínio tecnológico, esse fato certamente denota as mudanças nas relações industriais a partir da reestruturação produtiva das empresas, que se desenvolve desde a década de 1970. Tal processo caracteriza-se pelos investimentos das grandes indústrias no avanço tecnológico, em novos modelos gerenciais e em novas relações contratuais com os fornecedores e com a força de trabalho para flexibilizar a produção e reduzir as incertezas macroeconômicas do mercado globalizado (BENKO, 1996).

Como consequência, as indústrias tendem a se tornar mais “enxutas”, gerando menor quantidade de postos de trabalho; os quais, em última instância, constituem o ponto focal das políticas de promoção da indústria no território.

Em resumo, as perspectivas futuras para a indústria e a economia em Poços de Caldas são várias e dependem certamente dos resultados das políticas públicas que serão adotadas pelos governos para fortalecer as cadeias produtivas locais e para captar investimentos exógenos ao município, principalmente no contexto de indefinições e de incertezas que permeiam as relações interindustriais e econômicas nas diferentes escalas geográficas.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, W. de A. Evolução econômica. In: _____. **História de Minas**. v. 2. Belo Horizonte: Comunicação, 1979.
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **[Dados estatísticos de Poços de Caldas]**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://geosnic.cidades.gov.br/src/php/app.php>>. Acesso em: 19 jan. 2011.
- CARLOS, A. F. A. **Espaço e indústria**. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2007.
- CENTRO INDUSTRIAL E EMPRESARIAL DE MINAS GERAIS. **Minas Gerais**: catálogo industrial. Belo Horizonte: CIEMG, 2011. 1 CD.

- COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR. **[Laboratório de Poços de Caldas]**. [S.l.: s.n.], 2006. Disponível em: <http://www.cnem.gov.br/lapoc/constitucional/historico.asp>>. Acesso em: 10 fev. 2012.
- CORRÊA, R. L. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 62 – 72, 2007.
- DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 77 – 103, jul. 1996.
- FERREIRA, J. **Um hectare na história de Poços de Caldas**. Poços de Caldas: Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, 1996.
- FERRERO DO BRASIL. **[Informações gerais da empresa]**. [S.l.: s.n.], 2011. Disponível em: <http://www.ferrero.com.br/>>. Acesso em: 11 fev. 2012.
- FIRKOWSKY, O. L. de F.; SELINGARDI-SAMPAIO, S. A industrialização recente do município de Limeira em face do contexto industrial paulista. **Geografia**, Rio Claro, v. 17; n. 1, p. 23 – 38, abr. 1992.
- FIRKOWSKI, O. L. C. de F; SPOSITO, E. S. (orgs). **Indústria**, ordenamento do território e transportes: a contribuição de André Fischer. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- FRAYHA, G. Z. **Poços de Caldas pelo mesorregional: ambiente, planejamento e qualidade de vida na articulação dos municípios da Média Mogiana e do Sul de Minas Gerais**. 2010. 228 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- GONÇALVES, Y. de A. **Poços de Caldas: uma leitura econômica**. Varginha: Sul Mineira, 2010.
- GRUPPO MOSSI & GHISOLFI. 2012. **[Informações gerais da empresa]**. [S.l.: s.n.], 2012. Disponível em: <http://www.gruppomg.com.br/home.asp>>. Acesso em: 10 fev. 2012.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.
- _____. **Recenseamento geral do Brasil**, 8. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. V. 4, t. 12.
- _____. **Recenseamento geral do Brasil**, 9. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. V. 3, t. 2, pt. 1.
- _____. **[Informações gerais de Poços de Caldas]**. [S.l.]: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 12 dez. 2011.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MINAS GERAIS. **Poços de Caldas: informações básicas para investidores**. Belo Horizonte: [s. n.], 1974.
- LEMOS, P. S. de. **Águas termais de Poços de Caldas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1904.
- LENCIONI, S. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. **Scripta Nova**, Barcelona, v. XI, n. 245, ago. 2007.
- MARIA, R. T. C. **Pesquisa sobre indústrias de Poços** – solicitação de dados [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <emendesoliveira@yahoo.com.br> em 22 dez. 2010.
- MARRAS, S. **A propósito de águas virtuosas. Formação e ocorrência de uma estação balneária no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- MEGALE, N. B. **Memórias históricas de Poços de Caldas**. 2. ed. Poços de Caldas: Sulminas, 2002.
- MENDÉZ, R.; CARAVACCA, I. **Organización industrial y territorio**. 4. ed. Madrid: Síntesis, 2008.
- MINERAÇÃO CURIMBABA. 2012. **[Informações gerais da empresa]**. [S.l.: s.n.], 2012. Disponível em: <http://www.curimbaba.com.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2012.
- OLIVEIRA, L. H. G. de. Algumas considerações sobre a implantação de distritos industriais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 4, p. 22–69, out./dez. 1976.

PHELPS DODGE INTERNACIONAL CORPORATION. **[Informações gerais da empresa]**. [S. l.: s. n.], 2009. Disponível em: <<http://www.pdic.com/ABOUT-US.aspx>>. Acesso em 29 fev. 2012.

POÇOS DE CALDAS. Lei n. 8602, de 22 de outubro de 2009. Institui o Programa Avança Poços e dá outras providências. **Lex**: Jornal de Poços, Poços de Caldas, n. 164, 2009.

ROCHA, A. Thyssen investe em Poços de Caldas. **Diário do Comércio**, Belo Horizonte, 22 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.diariodocomercio.com.br/noticia.php?id=11445> Belo Horizonte>. Acesso em: 12 jan. 2015.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SELINGARDI-SAMPAIO, S. A industrialização de Rio Claro. Contribuição ao estudo da desconcentração espacial da indústria no estado de São Paulo. **Geografia**, Rio Claro, v. 12, n. 24, p. 1-60, out. 1987.

_____. **Indústria e território em São Paulo**. A estruturação do multicomplexo territorial industrial paulista. Campinas: Alínea, 2009.

SILVEIRA, M. L. Região e globalização: pensando um esquema de análise. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, pp. 74 – 88, jan./abr. 2010.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MICROEMPRESAS. **Poços de Caldas: diagnóstico municipal**. Belo Horizonte: [s.n.], 1997.

WILLIAMS, D. (org). **Memorial da Companhia Geral de Minas, subsidiária da Alcoa Alumínio S/A**: história da mineração no Planalto de Poços de Caldas. Poços de Caldas: Alcoa Alumínio, 2001.

Recebido em: 23/02/2017

Aceito para publicação em: 02/10/2017